



CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR V S.A.

CNPJ/MF nº 41.813.062/0001-08

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	471	793
Impostos a compensar	8	1.071	1
Adiantamentos a fornecedores	10	6	-
Outros créditos	10	206	-
		1.753	794
Não circulante			
Partes relacionadas	9	3.239	1
Imobilizado em andamento	11	184.602	6.520
		187.841	6.521
Total do ativo		189.594	7.314

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023			
Nota	31/12/2023	31/12/2022	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	32.189	1.657
Emprestimos e financiamentos	13	58.435	-
Impostos a pagar	8	906	1
		91.531	1.658
Não circulante			
Partes relacionadas	9	52.617	-
Derivativos contratados	14	789	9.657
		53.406	9.657
Total do passivo		144.937	11.315
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	45.727	5.699
Outros resultados abrangentes		(432)	(9.657)
Prejuízos acumulados		(638)	(43)
		44.657	(4.001)
Total do patrimônio líquido		189.594	7.314

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)			
1. CONTEXTO OPERACIONAL			
A Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde V"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em julho de 2021, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Monte Verde Solar V e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 81, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. Autorização do Parque Solar Monte Verde Solar V: Em 20 de agosto de 2021 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 12 de dezembro de 2054. Em dezembro de 2021 a Companhia firmou contrato de venda de energia de 11,13 MW médio de energia pelo período de 15 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração solar Monte Verde V, localizado no estado de Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 15 anos, com início previsto para 2 semestre de 2024.			
1.1. Central Monte Verde Solar V			
Usinas Central Monte Verde Solar V			
Modalidade Produtor Independente			
Outorga Autorização			
Estado RN			
Capacidade instalada (MW) 49,45			
Data do início da outorga 2019			
Autorização / Registro Início 20/08/2021			
Término 18/12/2054			
Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O aequacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora, (iii) entrada em operação do parque solar prevista para o 2º semestre de 2024.			
2. BASE DE PREPARAÇÃO			
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dívidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 04 de junho de 2024.			
2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 19 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.			
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO			
A moeda funcional da Real é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.			
4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS			
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. i) Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 11); ii) Derivativos contratados: classificação dos instrumentos derivativos financeiros (nota explicativa nº 14); iii) Provisões para riscos trabalhistas e civis: reconhecimento mensurável das provisões; iv) Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 20).			
5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS			
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos ate a data do balanço. b) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de caixa qualificados como referentes à compra do imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As premissas e de instalação, obtidas pela comparação dos recursos advindos com o valor contábil e o valor de mercado e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. c) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para se houver evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de operação e depreciação pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo das autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para se houver evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de operação e depreciação pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo das autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. e) Impostos a compensar e a pagar: As despesas com impostos a compensar e a pagar são contabilizadas de acordo com o regime de competição. f) Emprestimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente com base ao valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subseqüentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. g) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$ 60 trilhões e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscal incerto, são contabilizados de acordo com o CPC 32/AS 12 - Tributos sobre o Lucro e o IPC/C 22 / IFRIC 23, que não causou impactos relevantes para a Companhia. i) Capital social: Asções ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como deduções ao Patrimônio Líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.294/95 e regulamentação posterior. j) Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"): Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aportes de capital, que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controladora, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo na data em que o seu valor justo é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos na data em que o seu valor justo é conhecida. k) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. l) Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 19. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores recuperáveis e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge e para o derivativo como: i) hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa). Os valores justos dos vários instrumentos financeiros usados para fins de hedge estão divulgados na nota explicativa nº 19. As movimentações nos valores de hedge classificados na conta Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 15. Hedge de fluxo de caixa: A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como hedge, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF", que visa exclusivamente a proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos aer			

...continuação

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR V S.A. CNPJ/ME nº 41.813.062/0001-08											
Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	Capital circulante negativo em 2023, e a estratégia para revertê-lo está descrito na nota 1.1. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.	Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o descurso normal da construção do parque eólico. As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. A Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de janeiro 2024 a dezembro 2038, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.					
					Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Passivos financeiros Circulante											
Fornecedores	12	Custo amortizado Nível 1	32.189	1.657							
Empréstimos e financiamentos	13	Custo amortizado Nível 2	58.435	-							
Impostos a pagar	8	Custo amortizado Nível 1	906	1							
Não circulante											
Derivativos contratados	14	Valor justo ao resultado abrangente Nível 2	789	9.657							
Partes relacionadas	9	Custo amortizado Nível 2	52.617	-							
Total passivo			144.937	11.315							
19.1 Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, na seguinte nota explicativa. (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.											
19.2 Risco de juros: O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 13 têm, como contraparte, o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um risco de juros associado somente à TJLP. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o custo de oportunidade do mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros: A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (CDI 13,03% a.a., TJLP 6,55% a.a.); Cenário II: redução/elevarão do índice em 25% e; Cenário III: redução/elevarão do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:											
Instrumentos financeiros											
		Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III					
Passivo financeiro											
Empréstimos e financiamentos		TJLP + 3,14%	(335)	(26)	(32)	(39)					
Total			(335)	(26)	(32)	(39)					
(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados têm uma remuneração média de 100,00% do CDI (a.a.).											
19.3 Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. A companhia apresentou											
Aos Administradores e Acionistas											
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A.											
Opinião											
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.											
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").											
Bases para opinião											
Nessa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.											
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras											
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela											
21.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:											
21.2 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado: A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de janeiro 2024 a dezembro 2038, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.											
21.3 Garantias											
Tipos de garantias oferecida											
Seguro garantia e fianças (a)											
31/12/2023 31/12/2022											
Caixa e equivalentes de caixa											
Total											
31/12/2023 31/12/2022											
Caixa e equivalentes de caixa											
Total											
22. COBERTURA DE SEGUROS											
A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. As coberturas foram contratadas por montante considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto do trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:											
Descrição											
Responsabilidade civil											
Ativo Imobilizado											
Riscos operacionais											
56											
1.149											
23. MEIO AMBIENTE											
A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 1.393, sendo registrados no Imobilizado.											
24. EVENTOS SUBSEQUENTES											
Em 04 de abril de 2024 os Parques fotovoltaicos Monte Verde Solar V entraram em operação teste conforme despacho da ANEEL nº 1.058, respectivamente, todos de 03 de abril de 2024.											
Directoria											
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho											
Alfredo Antônio Tessari Neto											
Contador CRC: 1SP176534/O-5											
São Paulo, 4 de junho de 2024											
PricewaterhouseCoopers											
Auditores Independentes Ltda.											
CRC 2SP000160/O-5											
Adriano Formosinho Correia											
Contador CRC 1BA029904/O-5											

